

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.171 BAHIA

RELATOR : **MIN. ROBERTO BARROSO**
RECTE.(S) : **ESTADO DA BAHIA**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA**
RECDO.(A/S) : **AFONSO HILDEBRANDO BARBUDA**
ADV.(A/S) : **HUMBERTO VALVERDE E OUTRO(A/S)**

DECISÃO:

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

“MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORES INATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA. INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL (ANTIGA GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE INSTITUÍDA PELA LEI ESTADUAL Nº 7.796/01). PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE ATAQUE À LEI EM TESE E DE COBRANÇA DE PARCELAS ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS E INATIVOS. INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE COBRANÇA DE PARCELAS VENCIDAS. PRELIMINAR REJEITADA. PREFACIAL MERITÓRIA. DECADÊNCIA. NATUREZA JURÍDICA DAS PRESTAÇÕES. TRATO SUCESSIVO. REJEIÇÃO. MÉRITO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL. ART. 8º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 28/06. POSSIBILIDADE DE INCORPORAÇÃO AOS PROVENTOS. EXPRESSA PREVISÃO. CARÁTER GERAL E INDISTINTO DA VANTAGEM. REPERCUSSÃO NO CAMPO PATRIMONIAL DOS APOSENTADOS. PARIDADE. GARANTIA CONSTITUCIONAL DE EXTENSÃO AOS INATIVOS DE QUAISQUER BENEFÍCIOS E VANTAGENS CONCEDIDOS AOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. ART. 40, § 8º, DA C.F. (REDAÇÃO ANTERIOR À EC Nº 41/2003) E ART. 42, § 2º, DA C.E. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA.

ARE 918171 / BA

**ENTENDIMENTO CONSOLIDADO QUANTO AO DIREITO
LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA. CONCESSÃO.”**

O recurso extraordinário é inadmissível. A decisão do Tribunal de origem se alinha à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que as vantagens de caráter geral, concedidas aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos, conforme o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição. Nesse sentido: AI 581.571-ED, Rel. Min. Gilmar Mendes; e RE 408.186-AgR, Rel. Min. Ayres Britto.

Ademais, para dissentir da conclusão adotada pelo Tribunal de origem quanto à natureza jurídica da vantagem, seria necessário o exame de legislação infraconstitucional aplicada ao caso, o que é inviável em recurso extraordinário (Súmula 280/STF). Nessa sentido e sobre a mesma controvérsia, veja-se o ARE 890.963, Rel. Min. Dias Toffoli.

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 05 de outubro de 2015.

Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO

Relator